

TRIBUNA DA MULHER

## “Matar por piedade”

Ainda um artigo sobre o assunto, em resposta a “Libértus” (Retardada na redacção).

A bem dizer, senhor “Libértus”, nem deveria responder à sua carta, sendo certo que ela foi escrita à maneira do oleozinho que se deita na fechadura ferrugenta...

Mas, enfim, além de ser um acto reprovável deixar uma carta sem resposta – demais tão delicada! – eu prezo muito a franqueza com que v. ex.<sup>a</sup> confessou o seu propósito.

Pois, vamos lá...

Entremos no assunto e discutamo-lo com os recursos da minha fraca inteligência e os mandamentos da minha consciência, porque eu, por uma questão de princípios ou fins de inconfessada “pigritiae” detesto o “doctus cum libro” dos eruditos que me faz trazer a memória mais em dia que o “placard” de um jornal...

Não lhe citarei, por isso, bons nomes da ciência naturalista, nem tão pouco da psicografia como base de argumentação ou de ideias, porque elas, por um poder subjectivo, derivam de mim própria...

Ora, pois, senhor “Libertus”, começarei por dizer que v. ex.<sup>a</sup>, elegante e inteligente articulista, pretende tomar na rede das minhas palavras a minha própria opinião ou, mais claramente, pretende enforcar-me com a corda que eu apresentei para enforcar os outros.

Pois bem, eu protesto! Sacudo nervosamente a minha cabeleira branca, que a água oxigenada tornou ridiculamente loira, e protesto, sim, protesto!

Realmente, v. ex.<sup>a</sup>, ao acusar-me de tanto “crime de assassínio”, não receou o seu remorso futuro?!

Boas contas terá que dar no dia do juízo final! Lá irá para onde o pague!

Quais as minhas palavras, senhor, que o autorizaram a dizer que eu faço a apologia do castigo de morte a criminosos, que reconheço em Deus a faculdade de conceder e tirar a vida aos corpos e que, finalmente, admito o direito de matar por maldade?

Quais as palavras, senhor, que o autorizaram a afirmar que eu perfilho o que aí fica?

Por muito menos, hão-de outros ter sido condenados às penas do inferno!

Pelo facto de eu citar a lei dos Estados, sob a qual se disfarçam criminosamente o ódio e a impiedade; pelo facto de eu dizer que, a existir em Deus o poder de retirar a vida aos corpos, permitindo, afinal, que o homem se revista de igual faculdade – com ou sem autoridade, não o discuti eu! – por tudo isto não tem v. ex.<sup>a</sup>, nem ninguém, o direito de afirmar que eu perfilho tais doutrinas. Não. Não tem, porque eu limito-me a expô-las. Não, não tem, porque eu citei esses casos, não como uma conformidade teórica, mas como justificação prática.

E nisto se resume a minha defesa, a minha ideia – a minha teoria.

Faculdade de matar, todos a têm por uma questão de “fragilidade” adstrita e contingente: direito de o fazer, porém, só o tem quem for levado por um impulso natural de piedade.

No que tenho exposto, pois, limito-me apenas a apresentar a aceitação infundada que o mundo fez de tais teorias, quer no campo social e civil, quer no campo religioso e moral. E não esqueça v. ex.<sup>a</sup> que eu estou aqui levada por um impulso de piedade, alheia a crenças ou a superstições!

É ou não é verdade que houve e há ainda muitos milhares de pessoas que compreendem a existência da pena de morte? Houve. Há. E em que campos? No laico e no religioso.

Exponho, sem comentários, porque não venho combater o direito civil de matar, mas sim, defender a piedade moral de aliviar o sofrimento – com casos muito restritos.

Ainda assim, direi que sou absolutamente contrária à pena de morte, o que, se citei o facto de o criminoso poder dispor da vida, não foi por achar justificável o acto, mas para pôr em dúvida que fosse Deus a irradiação da vida, visto ele estar tão ao sabor dos factores eventuais.

A ser assim, não haveria desejo, por mais forte, que conseguisse levar a termo de realização um gesto de extermínio. E daqui não saímos: ou a vida nas suas três fases – início, conservação e finalidade – nada tem com Deus, ou depende dele, e então nada nos pode levar a castigar uma faculdade que a todos nós assiste, vinda do alto.

Pois não acha?

Quanto ao processo de exterminação que me atribui, repudio-o e mando a Mussolini, de presente, o seu artigo, que vale mais que um processo instaurado pela sociedade das Nações, Comissão dos Cinco

Que a piedade pacifista e cristã do “duce” despovoe o mundo, vá! Agora, a minha caridade, não. Parece-me importuna a acusação.

Apresenta-me v. ex.<sup>a</sup> o caso de o padecente se revoltar contra a piedade de médicos e enfermeiros... Mas, claramente, a única atitude a tomar é não contrariar o desejo do enfermo – caso ele esteja em estado de emitir a sua opinião ou a sua vontade. A depressão moral, porém, raras vezes permite que a vontade reaja em face de um sofrimento doloroso, desesperado.

Como vê, o desejo do padecente não é factor nulo, a meu ver... e nisto está a diferença entre a minha teoria e a que leva à cadeira eléctrica.

Por tudo, enfim, jamais apoiaria uma lei que mandasse matar por piedade, mas sim que protegesse a atitude do médico, levado, por circunstâncias especiais, a tais extremos – baseados no relatório pormenorizado da doença.

E, da mesma forma que reclamo estatutos que regulamentem a actividade do médico, criando-lhe responsabilidades menos elásticas que as morais: da mesma forma que reclamo um tribunal que condene o médico que faz da sua profissão apenas a realização de receitas, sem interesse pela vida do doente, mas só pelo lucro a auferir, da mesma forma reclamo que, em nome da piedade, seja concedida a morte libertadora em vez de balões de oxigénio e óleo canforado que prolonguem o martírio da vida!

Quanto às minhas crenças, peço a v. ex.<sup>a</sup> o favor de se abster de demonstrar o meu “nihilismo” ou o meu catolicismo.

Sinto a meu modo e para governo da minha consciência – e é quanto basta.

Para o caso em questão pouco importa a minha crença, visto que eu foquei o assunto nos seus planos gerais ou de conjunto, sem pretender personalizar. Porque, então, não mais acabaria!...

Finalmente, v. ex.<sup>a</sup> generaliza de tal forma a pena de morte que, a ser verdade o que me atribui, eu teria de aconselhar a todo o mundo o suicídio, logo que começa a vida – sendo certo que me não refiro à vida fisiológica, mas ao desenvolvimento do ser psicológico do indivíduo.

Pois não vê que da vida todos temos “razões de queixa”? Cobardia já por aí há demais. Não seria eu a aconselhá-la...

E ao senhor “Libertus”, que por tudo lhe peço que me não julgue capaz de decretar a sua pena de morte...

Pelo menos, enquanto não for atacado de alguma doença incurável e dolorosa, dar-me-ia por satisfeita se o pudesse, somente, “liquidar” neste assunto em que não é minha intenção tocar mais no receio natural de despertar o aborrecimento do leitor...

Enfim: neste caso ainda, matemos o assunto já gasto, pela piedade que o leitor nos merece. Não acha?

Manuela de Azevedo

(março de 1936)